STJ00098024

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

27ª Edição

Revista, ampliada e atualizada até 31.12.2013

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

STJ00098024

© 2011 by Editora Atlas S.A.

As 24 edições anteriores desta obra foram publicadas pela Lumen Juris; 25. ed. 2012 (3 impressões); 26. ed. 2013; 27. ed. 2014

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho Filho, José dos Santos

Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. – 27. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2013. – São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-8741-7
ISBN 978-85-224-8742-4 (PDF)

1. Direito administrativo 2. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

12-00839
CDU-35

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo 35

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SYS: 995456

STJ00098024

SUMÁRIO

Nota do autor, li

Nota à 27ª edição, liii

Abreviaturas e siglas, lv

1 Direito Administrativo e Administração Pública, 1

I Introdução, 1

1 O Estado, 1

2 Poderes e Funções, 2

3 Função Administrativa, 4

4 Federação, 5

4.1 Características, 6

4.2 Autonomia: Capacidade de Autoadministração, 6

5 Direito Administrativo, 7

5.1 Breve Introdução, 7

5.2 Conceito, 8

5.3 Relações com Outros Ramos Jurídicos, 9

II Administração Pública: Sentidos, 11

1 Sentido Objetivo, 11

2 Sentido Subjetivo, 11

STJ00098024

III Órgãos Públicos, 12
1 Introdução, 12
2 A Relação Órgão/Pessoa, 13
2.1 Característica Básica, 13
2.2 Criação e Extinção, 13
3 Teorias de Caracterização do Órgão, 15
4 Conceito, 15
5 Capacidade Processual, 15
6 Classificação, 17
6.1 Quanto à pessoa federativa, 17
6.2 Quanto à situação estrutural, 17
6.3 Quanto à composição, 17
IV Agentes Públicos, 18
V Princípios Administrativos, 18
1 Princípios Expressos, 19
1.1 Princípio da Legalidade, 19
1.2 Princípio da Impessoalidade, 20
1.3 Princípio da Moralidade, 21
1.4 Princípio da Publicidade, 26
1.5 Princípio da Eficiência, 30
2 Princípios Reconhecidos, 33
2.1 Princípio da Supremacia do Interesse Público, 34
2.2 Princípio da Autotutela, 35
2.3 Princípio da Indisponibilidade, 36
2.4 Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos, 36
2.5 Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança), 37
2.6 Princípio da Precaução, 40
3 O Princípio da Razoabilidade, 41
4 O Princípio da Proporcionalidade, 43
VI Súmulas, 44
Súmulas Vinculantes, 44

2 Poderes e Deveres dos Administradores Públicos, 45
I Introdução, 45
II Uso e Abuso de Poder, 46
1 Uso do Poder, 46
2 Poder-Dever de Agir, 46
3 Abuso do Poder, 48
3.1 Sentido, 48
3.2 Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder, 48
3.3 Efeitos, 49
3.4 Abuso de Poder e Ilegalidade, 50

STJ00098024

III Poderes Administrativos, 51
1 Conceito, 51
2 Modalidades, 51
2.1 Poder Discricionário, 51
SENTIDO, 51
LIMITAÇÕES AO PODER DISCRICIONÁRIO, 52
DISCRICIONARIEDADE E ARBITRARIEDADE, 53
ATIVIDADES VINCULADAS, 53
CONTROLE JUDICIAL, 53
DISCRICIONARIEDADE E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS, 55
2.2 Poder Regulamentar, 57
SENTIDO, 57
NATUREZA DO PODER REGULAMENTAR, 57
FORMALIZAÇÃO, 58
REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA, 59
LEI E PODER REGULAMENTAR, 60
CONTROLE DOS ATOS DE REGULAMENTAÇÃO, 61
LEI PENDENTE DE REGULAMENTO, 62
REGULAMENTOS AUTÔNOMOS, 63
2.3 Poder de Polícia, 65
IV Deveres dos Administradores Públicos, 65
1 Dever de Probidade, 65
2 Dever de Prestar Contas, 67
3 Dever de Eficiência, 68
V Hierarquia e Disciplina, 69
1 Hierarquia, 69
1.1 Efeitos, 69
1.2 Subordinação e Vinculação, 70
1.3 Hierarquia e Funções Estatais, 71
2 Disciplina Funcional, 72
2.1 Sentido, 72
2.2 Direito Penal e Direito Punitivo Funcional, 72
ILICITUDE PENAL E ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL, 72
A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES, 73
2.3 Procedimento de Apuração, 74

3 Poder de Polícia, 75
I Introdução, 75
II Sentido Amplo e Estrito, 76

STJ00098024

III Conceito, 77
IV Poder de Polícia no Direito Positivo, 77
V Competência, 78
VI Poder de Polícia Originário e Delegado, 80
VII Polícia Administrativa e Polícia Judiciária, 82
VIII Fundamentos, 83
IX Finalidade, 84
X Âmbito de Incidência, 84
XI Atuação da Administração, 85
1 Atos Normativos e Concretos, 85
2 Determinações e Consentimentos Estatais, 85
3 Atos de Fiscalização, 86
XII Limites, 87
XIII Características, 87
1 Discricionariedade e Vinculação, 87
2 Autoexecutoriedade, 88
3 Coercibilidade, 91
XIV Legitimidade da Polícia Administrativa, 91
1 Requisitos Gerais de Validade, 91
2 Princípio da Proporcionalidade, 92
XV Sanções de Polícia, 93
XVI Súmulas, 96

4 Ato Administrativo, 97
I Introdução, 97
1 Fatos Administrativos, 97
2 Atos da Administração, 98
3 Atos Jurídicos e Atos Administrativos, 99
II Conceito, 100
1 Sujeitos da Manifestação de Vontade, 101
2 Regime Jurídico de Direito Público, 102
3 Silêncio Administrativo, 103
III Elementos, 106
1 Competência, 106
1.1 Sentido, 106
1.2 Fonte, 107
1.3 Características, 108
1.4 Critérios Definidores da Competência, 108
1.5 Delegação e Avocação, 109
2 Objeto, 110
2.1 Sentido, 110

STJ00098024

2.2 Requisitos de Validade, 110
2.3 Discricionariedade e Vinculação, 111
3 Forma, 111
3.1 Sentido, 111
3.2 Requisito de Validade, 112
3.3 Princípio da Solenidade, 112
4 Motivo, 113
4.1 Sentido, 113
4.2 Discricionariedade e Vinculação, 114
4.3 Motivo e Motivação, 114
4.4 Teoria dos Motivos Determinantes, 118
4.5 Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato, 119
5 Finalidade, 120
5.1 Sentido, 120
5.2 Finalidade e Objeto, 121
IV Características, 121
1 Imperatividade, 122
2 Presunção de Legitimidade, 122
3 Autoexecutoriedade, 123
V Mérito Administrativo, 125
1 Sentido, 125
2 Vinculação e Discricionariedade, 125
3 Controle do Mérito, 126
VI Formação e Efeitos, 127
1 Perfeição, 127
2 Eficácia, 128
3 Exequibilidade, 128
4 Validade, 129
VII Classificação, 130
1 Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais, 130
2 Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão, 130
3 Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários, 131
4 Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos, 131
5 Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos, 133
6 Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis, 133
7 Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios, 134
VIII Espécies, 134
1 Espécies Quanto à Forma de Exteriorização, 135
1.1 Decretos e Regulamentos, 135

STJ00098024

1.2 Resoluções, Deliberações e Regimentos, 137
1.3 Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos, 138
1.4 Alvarás, 138
1.5 Ofícios, 138
1.6 Pareceres, 139
1.7 Certidões, Atestados e Declarações, 141
1.8 Despachos, 142
2 Espécies Quanto ao Conteúdo, 142
2.1 Licença, 142
2.2 Permissão, 144
2.3 Autorização, 146
2.4 Admissão, 148
2.5 Aprovação, Homologação e Visto, 148
2.6 Atos Sancionatórios, 149
2.7 Atos Funcionais, 151
IX Procedimento Administrativo, 152
X Extinção dos Atos Administrativos, 153
1 Extinção Natural, 153
2 Extinção Subjetiva, 153
3 Extinção Objetiva, 153
4 Caducidade, 154
5 Desfazimento Volitivo, 154
XI Invalidação (ou Anulação), 155
1 Teoria das Nulidades, 155
1.1 Introdução, 155
1.2 As Nulidades no Direito Privado, 155
1.3 A Controvérsia Doutrinária, 156
1.4 A Terminologia Adotada, 156
2 Conceito e Pressuposto, 157
3 Quem Pode Invalidar, 158
4 Dever de Invalidar, 159
5 Autotutela e Contraditório, 161
6 Efeitos, 163
7 Convalidação, 165
XII Revogação, 167
1 Conceito, 167
2 Pressuposto, 168
3 Fundamento, 169
4 Origem, 169
5 Efeitos, 169

STJ00098024

6 Inocorrência, 170
7 Revogação da Revogação, 171
XIII Súmulas, 172

5 Contratos Administrativos, 173
I Introdução, 173
II Contratos da Administração, 173
1 Contratos Privados da Administração, 174
2 Contratos Administrativos, 174
III Conceito, 175
IV Disciplina Normativa, 175
1 Disciplina Constitucional, 175
2 Disciplina Legal, 176
V Sujeitos do Contrato, 177
1 Cenário Geral, 177
2 Normas Específicas: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 178
VI Características, 180
1 A Relação Contratual, 180
2 A Posição Preponderante da Administração, 180
3 O Sujeito Administrativo e o Objeto, 181
VII Espécies, 182
1 Contratos de Obras, 182
1.1 Sentido, 182
1.2 Condições Específicas de Contratação, 182
1.3 Regimes de Execução, 183
2 Contratos de Serviços, 184
2.1 Serviços de Publicidade, 186
3 Contratos de Fornecimento (ou Compras), 187
4 Contratos de Concessão e de Permissão, 188
5 Alienações e Locações, 190
6 Outras Espécies, 192
VIII Cláusulas de Privilégio, 193
1 Sentido, 193
2 Alteração Unilateral, 194
3 Rescisão Unilateral, 196
3.1 Motivos, 196
3.2 Efeitos, 197
3.3 A Exceção de Contrato Não Cumprido, 197
4 Sanções Extracontratuais, 199
IX Equação Econômico-Financeira, 199
1 Sentido, 199

STJ00098024

2 Efeitos, 200
3 Reajuste e Revisão, 200
X Formalização, 202
1 Instrumento, 202
2 Solenidades, 202
3 Cláusulas Essenciais, 203
4 Garantias, 203
XI Duração do Contrato, 204
XII Prorrogação do Contrato, 206
XIII Renovação do Contrato, 207
XIV Inexecução do Contrato, 207
1 Introdução, 207
2 Inexecução Culposa, 208
3 Inexecução Sem Culpa, 212
3.1 Teoria da Imprevisão, 213
3.2 O Fato do Príncipe, 213
3.3 Caso Fortuito e Força Maior, 214
XV Extinção do Contrato, 215
1 Cumprimento do Objeto, 215
2 Término do Prazo, 215
3 Impossibilidade Material ou Jurídica, 216
4 Invalidação, 216
5 Rescisão, 218
5.1 Rescisão Amigável, 218
5.2 Rescisão Judicial, 218
5.3 Rescisão Administrativa, 219
5.4 Rescisão por Arbitragem, 220
XVI Sanções Administrativas, 221
XVII Crimes e Penas, 224
XVIII Convênios Administrativos, 225
XIX Consórcios Públicos, 228

6 Licitação, 237
I Introdução, 237
II Conceito, 238
III Natureza Jurídica, 238
IV Disciplina Normativa, 239
1 Disciplina Constitucional, 239
2 Disciplina Legal, 240
V Destinatários, 241
VI Fundamentos, 243

STJ00098024

1 Moralidade Administrativa, 243
2 Igualdade de Oportunidades, 244
VII Objeto, 244
VIII Princípios, 245
1 Princípios Básicos, 245
1.1 Princípio da Legalidade, 245
1.2 Princípios da Moralidade e da Impessoalidade, 246
1.3 Princípio da Igualdade, 246
1.4 Princípio da Publicidade, 247
1.5 Princípio da Probidade Administrativa, 247
1.6 Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, 248
1.7 Princípio do Julgamento Objetivo, 248
2 Princípios Correlatos, 249
IX Dispensa de Licitação, 252
1 Introdução, 252
2 Critério de Valor, 254
3 Situações Excepcionais, 254
4 Gêneros Perecíveis e Obras de Arte, 256
5 Desinteresse na Contratação, 257
6 Entidades Sem Fins Lucrativos, 257
7 Disparidade de Propostas, 259
8 Intervenção no Domínio Econômico, 260
9 Complementação do Objeto, 260
10 Pessoas Administrativas, 261
11 Locação e Compra de Imóvel, 263
12 Negócios Internacionais, 263
13 Pesquisa Científica e Tecnológica, 264
14 Energia Elétrica, 265
15 Transferência de Tecnologia, 266
16 Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação, 267
17 Navios, Embarcações, Aeronaves e Tropas, 267
18 Peças no Período de Garantia Técnica, 268
19 Materiais de Uso Militar, 269
20 Catadores de Materiais Recicláveis, 270
21 Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 271
22 Produtos Estratégicos para o SUS, 271
23 Programa de Cisternas e Acesso à Água, 272
X Inexigibilidade de Licitação, 272
1 Fornecedor Exclusivo, 273
2 Atividades Artísticas, 274
3 Serviços Técnicos Especializados, 275

STJ00098024

XI Modalidades, 276
1 Concorrência, 277
1.1 Sentido, 277
1.2 Tipos, 277
1.3 Características, 278
2 Tomada de Preços, 278
2.1 Sentido, 278
2.2 Registros Cadastrais, 279
2.3 Características, 280
3 Convite, 280
4 Concurso, 282
5 Leilão, 283
XII Procedimento, 283
1 Formalização, 283
2 Edital, 284
3 Habilitação, 287
4 Procedimento Seletivo, 292
4.1 Normas Gerais, 292
4.2 Julgamento da Habilitação, 293
4.3 Julgamento das Propostas, 293
4.4 Fatores e Critérios de Julgamento, 294
4.5 Tipos de Licitação, 294
4.6 Classificação, 295
5 Resultados e Efeitos, 296
6 Homologação e Adjudicação, 298
7 Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), 300
XIII Anulação, 301
XIV Revogação, 303
XV Recursos Administrativos, 304
XVI Infrações Administrativas, Crimes e Penas, 305
XVII O Pregão: Nova Modalidade, 308
1 Introdução, 308
2 Âmbito de Incidência, 308
3 Complementaridade da Disciplina, 309
4 Facultatividade na Adoção, 310
5 Característica Básica e Modalidades, 311
6 Objeto da Contratação, 312
7 Fase Interna, 313
8 Fase Externa, 314
9 Convocação, 314

STJ00098024

10 Sessão, 316
11 Julgamento das Propostas, 317
12 Análise da Habilitação, 318
13 Classificação Final e Recursos, 319
14 Adjudicação e Homologação, 320
15 Vedações, 320
16 Sanções, 320
17 Desfazimento, 321
18 Formalização e Controle, 321
XVIII Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 322
XIX Serviços de publicidade, 325

7 Serviços Públicos, 327
I Introdução, 327
II Conceito, 328
III Características, 329
1 Sujeito Estatal, 329
2 Interesse Coletivo, 330
3 Regime de Direito Público, 330
IV Classificação, 331
1 Serviços Delegáveis e Indelegáveis, 331
2 Serviços Administrativos e de Utilidade Pública, 332
3 Serviços Coletivos e Singulares, 332
4 Serviços Sociais e Econômicos, 333
V Titularidade, 334
1 Competência, 334
2 Regulamentação, 337
3 Controle, 338
VI Princípios, 338
1 Princípio da Generalidade, 339
2 Princípio da Continuidade, 339
3 Princípio da Eficiência, 344
4 Princípio da Modicidade, 344
VII Remuneração, 344
VIII Usuários, 348
1 Direitos, 349
2 Deveres, 350
IX Execução do Serviço, 351
1 Execução Direta, 351
2 Execução Indireta, 352
2.1 Noção, 352

STJ00098024

2.2 Descentralização, 352
2.2.1 Delegação Legal, 354
2.2.2 Delegação Negocial: Particulares em Colaboração, 354
3 Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos, 355
3.1 Desestatização e Privatização, 355
3.2 Gestão Associada, 359
3.3 Regimes de Parceria, 361
3.3.1 Regime de Convênios Administrativos, 362
3.3.2 Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais), 362
3.3.3 Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), 366
X Súmulas, 369

8 Concessão e Permissão de Serviços Públicos, 371
I Introdução, 371
II Fontes Normativas, 373
1 Fonte Constitucional, 373
2 Fonte Infraconstitucional, 373
III Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum), 374
1 Modalidades, 374
2 Concessão de Serviço Público Simples, 374
2.1 Conceito, 374
2.2 Objeto, 375
3 Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública, 376
3.1 Nomenclatura, 376
3.2 Conceito, 377
3.3 Objeto, 377
4 Natureza Jurídica, 378
4.1 O Caráter Contratual, 378
4.2 Concessão e Permissão, 380
5 A Relação Contratual, 381
6 A Supremacia do Concedente, 381
7 A Natureza do Concessionário e do Concedente, 382
8 Concessão a Empresas Estatais, 382
9 Exigência de Licitação, 384
9.1 O Caráter de Obrigatoriedade, 384
9.2 Modalidade Licitatória, 385
9.3 O Edital, 385
9.4 Critérios de Julgamento, 386
9.5 Fatores de Desclassificação, 387
9.6 Participação de Empresas Estatais, 387

STJ00098024

10 Mutabilidade, 388
11 Política Tarifária, 389
12 Análise do Pacto de Concessão, 394
12.1 Autorização Legal, 394
12.2 Cláusulas Essenciais, 395
12.3 A Responsabilidade do Concessionário, 397
12.4 Transferência de Encargos, 399
12.5 Alteração do Concessionário, 399
12.6 Cessão de Créditos Operacionais, 400
13 Encargos do Concedente, 401
13.1 Fiscalização, 401
13.2 Intervenção na Propriedade Privada, 402
13.3 Outros Encargos Pertinentes, 403
14 Encargos do Concessionário, 403
14.1 O Serviço Adequado, 403
14.2 Transparência na Execução, 404
14.3 As Contratações do Concessionário, 405
15 Direitos e Obrigações dos Usuários, 405
16 Prazo da Concessão, 408
17 Intervenção na Concessão, 408
17.1 Sentido, 408
17.2 Procedimento, 409
18 Extinção, 410
18.1 Termo Final do Prazo, 410
18.2 Anulação, 411
18.3 Rescisão, 411
18.4 Caducidade, 412
18.5 Encampação, 414
18.6 Falência e Extinção da Concessionária, 415
19 Reversão, 415
20 Concessões Anteriores, 417
21 Controle dos Serviços Concedidos, 419
22 Concessão Florestal, 420
IV Permissão de Serviços Públicos, 422
1 Conceito e Objeto, 422
2 Natureza Jurídica, 422
3 Diferença entre Concessão e Permissão, 423
4 A Permissão Condicionada, 425
5 Referências Constitucionais, 426
6 Responsabilidade Civil, 426

STJ00098024

7 Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões, 426
8 Extinção, 427
8.1 Termo Final do Prazo, 427
8.2 Anulação, 428
8.3 Encampação, 428
8.4 Caducidade, 429
8.5 Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão), 429
V Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias Público-privadas), 430
1 Introdução, 430
2 Conceito e Natureza Jurídica, 432
3 Modalidades e Incidência Normativa, 433
4 Objeto, 434
5 Características e Diretrizes, 436
6 Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações, 438
7 Contraprestação e Garantias, 440
8 Sociedade de Propósito Específico, 444
9 Licitações, 445
9.1 Introdução, 445
9.2 Modalidade e Condições, 446
9.3 Edital, 447
9.4 Procedimento, 449
VI Autorização, 450
VII Súmulas, 454

9 Administração Direta e Indireta, 455
I Noções Introdutórias, 455
1 Federação e Autonomia, 455
2 Poderes e Funções. A Função Administrativa, 456
3 Administração Pública, 457
4 Organização Administrativa: Centralização e Descentralização, 457
5 Princípios Regedores da Administração Pública, 458
II Administração Direta, 459
1 Conceito, 459
2 Natureza da Função, 459
3 Abrangência, 460
4 Composição, 460
5 Contratos de Gestão, 461
III Administração Indireta, 463
1 Conceito, 463
2 Natureza da Função, 463
3 Abrangência, 464

STJ00098024

4 Composição, 464
5 Administração Fundacional, 466
6 Entidades Paraestatais, 466
7 Princípios da Administração Indireta, 468
7.1 Princípio da Reserva Legal, 468
7.2 Princípio da Especialidade, 469
7.3 Princípio do Controle, 470
8 Categorias Jurídicas, 471
IV Autarquias, 472
1 Introdução, 472
1.1 Terminologia, 472
1.2 Autarquia e Autonomia, 472
1.3 Autarquias Institucionais e Territoriais, 473
2 Conceito, 473
3 Referências Normativas, 474
4 Personalidade Jurídica, 474
5 Criação, Organização e Extinção, 476
6 Objeto, 476
7 Classificação, 477
7.1 Quanto ao Nível Federativo, 477
7.2 Quanto ao Objeto, 478
7.3 Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial), 482
8 Patrimônio, 487
9 Pessoal, 487
10 Controle Judicial, 488
11 Foro dos Litígios Judiciais, 489
12 Atos e Contratos, 490
13 Responsabilidade Civil, 491
14 Prerrogativas Autárquicas, 491
15 Agências Autárquicas Reguladoras e Executivas, 493
15.1 Agências Reguladoras, 494
15.2 Agências Executivas, 496
16 Associações Públicas, 498
V Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, 499
1 Introdução, 499
2 Conceito, 500
3 Referências Normativas, 501
4 Personalidade Jurídica, 501
5 Criação e Extinção, 502
5.1 Subsidiárias, 502

STJ00098024

6 Objeto, 504
7 Regime Jurídico, 506
7.1 Regime Tributário, 509
8 Diferenças entre as Entidades, 511
8.1 A Constituição do Capital, 512
8.2 A Forma Jurídica, 513
8.3 O Foro Processual para Entidades Federais, 514
9 Patrimônio, 514
10 Pessoal, 516
11 Atos e Contratos, 518
12 Falência e Execução, 520
13 Responsabilidade Civil, 523
VI Fundações Públicas, 524
1 Introdução, 524
2 A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações, 525
2.1 Conceito no Decreto-lei nº 200/1967, 528
2.2 O Tratamento da Matéria, 529
3 Característica Fundamental, 529
4 Objeto, 530
5 Criação e Extinção, 531
6 Regime Jurídico, 532
6.1 Prerrogativas, 532
6.2 Privilégios Tributários, 533
7 Patrimônio, 533
8 Pessoal, 534
9 Controle, 534
9.1 Controle Institucional, 534
9.2 Controle do Ministério Público, 535
9.3 Controle Judicial, 536
10 Foro dos Litígios, 536
11 Atos e Contratos, 537
12 Responsabilidade Civil, 537
VII Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado, 538
1 Introdução, 538
2 Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos), 538
2.1 Sentido, 538
2.2 Natureza Jurídica, 539
2.3 Criação, 539
2.4 Objeto, 539
2.5 Recursos Financeiros, 541

STJ00098024

2.6 Ausência de Fins Lucrativos, 541
2.7 Controle, 542
2.8 Outros Aspectos do Regime Jurídico, 542
2.9 Privilégios Tributários, 546
3 Organizações Colaboradoras (ou Parceiras), 547
VIII Anteprojeto de Normas Gerais da Administração Pública, 548
IX Súmulas, 549

10 Responsabilidade Civil do Estado, 551
I Introdução, 551
1 Responsabilidade. Noção Jurídica, 551
1.1 Tipos de Responsabilidade, 552
2 Responsabilidade Civil, 552
3 O Dano e a Indenização, 553
4 Os Sujeitos do Cenário, 554
II Evolução, 554
1 A Irresponsabilidade do Estado, 554
2 Teoria da Responsabilidade com Culpa, 555
3 Teoria da Culpa Administrativa, 555
4 Teoria da Responsabilidade Objetiva, 556
5 Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo, 556
III Direito Brasileiro, 557
1 O Código Civil, 557
2 Constituição Federal, 558
3 Análise dos Elementos Constitucionais, 560
3.1 Pessoas Responsáveis, 560
3.2 Agentes do Estado, 562
3.3 A Duplicidade de Relações Jurídicas, 563
IV Aplicação da Responsabilidade Objetiva, 564
1 Pressupostos, 564
2 Ônus da Prova: Inversão, 566
3 Participação do Lesado, 566
4 Fatos Imprevisíveis, 567
5 Atos de Multidões, 569
6 Danos de Obra Pública, 570
7 Condutas Omissivas, 571
8 Responsabilidade Primária e Subsidiária, 574
V Atos Legislativos, 575
1 Regra Geral, 575
2 Leis Inconstitucionais, 576

STJ00098024

3 Leis de Efeitos Concretos, 577
4 Omissão Legislativa, 578
VI Atos Judiciais, 579
1 Atos Administrativos e Jurisdicionais, 579
2 Condutas Dolosas, 580
3 Condutas Culposas, 580
VII Reparação do Dano, 582
1 A Indenização, 582
2 Meios de Reparação do Dano, 582
3 Prescrição, 583
4 Sujeito Passivo da Lide, 584
5 Denunciação à Lide, 586
VIII O Direito de Regresso, 588
1 Sentido, 588
2 Meios de Solução, 588
3 Causa de Pedir, 589
4 Interesse de Agir, 589
5 Prescrição, 590
IX Súmulas, 591

11 Servidores Públicos, 593
I Agentes Públicos, 593
1 Sentido, 593
2 Classificação, 594
2.1 Agentes Políticos, 594
2.2 Agentes Particulares Colaboradores, 595
2.3 Servidores Públicos, 596
3 Agentes de Fato, 597
II Servidores Públicos, 598
1 Sentido, 598
2 Características, 599
3 Classificação, 600
3.1 Servidores Públicos Civis e Militares, 600
3.2 Servidores Públicos Comuns e Especiais, 601
3.3 Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários, 601
III Regimes Jurídicos Funcionais, 602
1 Regime Estatutário, 603
2 Regime Trabalhista, 605
2.1 Regime de Emprego Público, 606
3 Regime Especial, 608
4 Regime Jurídico Único, 612

STJ00098024

IV Organização Funcional, 614
1 Quadro Funcional, 614
2 Cargos, Empregos e Funções Públicas, 615
3 Classificação dos Cargos, 616
4 Criação, Transformação e Extinção de Cargos, 619
5 Provimento, 622
5.1 Tipos de Provimento, 623
5.2 Formas de Provimento, 623
6 Investidura: Nomeação, Posse e Exercício, 625
7 Reingresso, 625
8 Vacância, 628
9 Direito Adquirido dos Servidores, 629
10 Cessão de Servidores, 631
V Regime Constitucional, 632
1 Concurso Público, 632
1.1 Sentido, 632
1.2 Fundamento, 634
1.3 Alcance da Exigência, 635
1.4 Inexigibilidade, 638
1.5 Concurso Interno, 639
1.6 Inscrição e Aprovação, 640
1.7 Validade, 645
1.8 Precedência na Convocação, 646
1.9 Sanção, 647
1.10 Resultado do Concurso, 647
1.11 Invalidação do Concurso, 650
2 Acessibilidade, 653
2.1 Sentido, 653
2.2 Incidência, 653
2.3 Requisitos de Acesso, 654
2.4 Sexo e Idade, 662
2.5 Exame Psicotécnico, 665
2.6 Acesso Profissional ao Idoso, 667
3 Acumulação de Cargos e Funções, 668
3.1 Regra Geral, 668
3.2 Situações de Permissividade, 669
3.3 Efeitos, 673
3.4 Ingresso em Nova Carreira, 674
3.5 Convalidação Constitucional, 676
4 Estabilidade, 676
4.1 Noção do Instituto, 676
4.2 Estabilização Constitucional, 678

STJ00098024

4.3 Estágio Probatório, 679
4.4 Estabilidade e Efetividade, 682
4.5 Demissão e Exoneração, 683
4.6 Exoneração Conversível em Demissão, 686
4.7 Servidores Trabalhistas, 687
4.8 Vitaliciedade, 690
5 Regime Previdenciário: Aposentadorias e Pensões, 691
5.1 Previdência do Servidor Público, 691
SENTIDO, 691
REGIMES DE PREVIDÊNCIA, 692
CONTRIBUTIVIDADE E SOLIDARIEDADE, 695
CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS, 698
FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS, 701
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, 701
5.2 Aposentadoria, 705
CONCEITO, 705
REGIME JURÍDICO, 708
MODALIDADES, 708
APOSENTADORIA DOS PROFESSORES, 713
REQUISITOS E CRITÉRIOS DIFERENCIADOS (APOSENTADORIA ESPECIAL), 714
PROVENTOS, 715
CUMULAÇÃO DE PROVENTOS, 718
REVISÃO DE PROVENTOS, 721
CONTAGEM DE TEMPO, 722
DIREITO ADQUIRIDO, 724
SITUAÇÕES CONSUMADAS, 726
SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS, 729
SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS EM FACE DA EC Nº 20/1998, 730
SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS EM FACE DA EC Nº 41/2003, 732
RENÚNCIA À APOSENTADORIA (DESAPOSENTAÇÃO), 733
CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA, 735
APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 736
5.3 Pensões, 737
SENTIDO, 737
DISCIPLINA JURÍDICA, 738
6 Disponibilidade, 740
6.1 Sentido, 740
6.2 Pressupostos, 741
6.3 Incidência, 742

STJ00098024

6.4 Efeitos, 743
6.5 A Questão dos Proventos, 743
7 Mandato Eletivo, 745
8 Sistema Constitucional de Remuneração, 747
8.1 Remuneração, 747
REMUNERAÇÃO BÁSICA, 747
VANTAGENS PECUNIÁRIAS, 750
8.2 Revisão Remuneratória, 754
8.3 Irredutibilidade, 757
8.4 Isonomia, 759
8.5 Vinculação e Teto, 760
8.6 Pagamento com Atraso, 766
8.7 Pagamento a maior, 767
9 Associação Sindical e Direito de Greve, 768
9.1 Associação Sindical, 768
9.2 Greve, 770
10 Direitos Sociais dos Servidores, 774
VI Responsabilidade dos Servidores Públicos, 776
1 Responsabilidade Civil, 777
2 Responsabilidade Penal, 778
3 Responsabilidade Administrativa, 779
4 Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa, 780
4.1 Repercussão na Esfera Civil, 780
4.2 Repercussão na Esfera Administrativa, 781
4.3 Crimes Funcionais, 781
4.4 Condenação, 781
4.5 Absolvição, 782
4.6 Crimes Não Funcionais, 783
4.7 Condenação, 783
4.8 Absolvição, 784
4.9 Absolvição na Esfera Administrativa, 784
VII Súmulas, 784

12 Intervenção do Estado na Propriedade, 789
I Introdução, 789
1 Breve Histórico, 789
2 Propriedade, 790
II Intervenção do Estado, 791
1 Sentido, 791
2 Quadro Normativo Constitucional, 792
III Competência, 792

STJ00098024

IV Fundamentos, 793
1 Supremacia do Interesse Público, 793
2 Função Social da Propriedade, 794
V Modalidades, 795
VI Servidão Administrativa, 796
1 Sentido e Natureza Jurídica, 796
2 Fundamentos, 797
3 Objeto, 798
4 Formas de Instituição, 799
5 Extinção, 801
6 Indenização, 801
7 Características, 803
VII Requisição, 803
1 Sentido, 803
2 Fundamentos, 804
3 Objeto e Indenização, 805
4 Instituição e Extinção, 805
5 Características, 806
VIII Ocupação Temporária, 807
1 Sentido e Objeto, 807
2 Fundamentos, 808
3 Modalidades e Indenização, 808
4 Instituição e Extinção, 809
5 Características, 810
IX Limitações Administrativas, 810
1 Sentido, 810
2 Natureza Jurídica, 812
3 Fundamentos, 813
4 Indenização, 813
5 Características, 814
X Tombamento, 814
1 Sentido, 814
2 Fonte Normativa, 815
3 Fundamento, 816
4 Objeto, 817
5 Natureza Jurídica, 818
6 Espécies, 819
7 Instituição, 820
7.1 Desfazimento, 822
8 Processo Administrativo, 823
9 Efeitos, 824

STJ00098024

10 Controle, 826
11 Outros Instrumentos Protetivos, 827
XI Súmulas, 828

13 Desapropriação, 829
I Introdução, 829
II Conceito, 830
III Natureza Jurídica, 831
IV Pressupostos, 831
V Fontes Normativas e Espécies, 832
VI Objeto, 835
1 Regra Geral, 835
2 Bens Públicos, 836
3 Bens de Entidades da Administração Indireta, 837
4 Margens dos Rios Navegáveis, 839
VII Forma de Aquisição, 839
VIII Competências, 840
1 Competência Legislativa, 840
2 Competência Declaratória, 841
3 Competência Executória, 842
IX Destinação dos Bens Desapropriados, 843
1 Regra Geral, 843
2 Casos Especiais, 844
2.1 Desapropriação por Zona, 844
2.2 Desapropriação Urbanística, 845
2.3 Desapropriação por Interesse Social, 846
2.4 Desapropriação-Confisco, 846
X Fase Declaratória, 847
1 Declaração Expropriatória, 847
2 Conteúdo, 847
3 Formalização, 849
4 Natureza Jurídica, 850
4.1 Controle Judicial, 850
5 Efeitos, 851
6 Caducidade, 852
XI Fase Executória, 853
1 Via Administrativa, 853
2 Via Judicial, 854
XII Ação de Desapropriação, 855
1 Partes, 855
2 A Pretensão, 856

STJ00098024

3 A Contestação, 857
4 Imissão Provisória na Posse, 858
4.1 Permissão Legal, 858
4.2 Pressupostos, 859
4.3 Urgência, 859
4.4 Depósito Prévio, 860
4.5 Levantamento Parcial do Depósito, 861
5 Prova Pericial, 862
6 Intervenção do Ministério Público, 863
7 Sentença, 864
8 Transferência da Propriedade, 865
XIII Indenização, 866
1 Regra Geral, 866
2 Situações Especiais, 869
3 Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície, 869
4 Juros Moratórios e Compensatórios, 871
4.1 Juros Moratórios, 871
4.2 Juros Compensatórios, 874
4.3 Cumulatividade, 876
5 Atualização Monetária, 877
6 Honorários, 878
7 Direitos de Terceiros, 880
XIV Desistência da Desapropriação, 881
XV Desapropriação Indireta, 882
1 Sentido, 882
2 Fundamento, 883
3 Proteção Possessória, 884
4 Ação do Expropriado, 885
4.1 Caracterização, 885
4.2 Natureza e Legitimidade para a Ação, 886
4.3 Foro da Ação, 887
4.4 Prescrição da Ação (Pretensão), 888
4.5 Acréscimos Indenizatórios, 891
4.6 Despesas Processuais, 893
5 Apossamento Administrativo, 894
XVI Direito de Extensão, 895
1 Sentido, 895
2 Fundamento, 896
3 Outros Aspectos, 897
3.1 Admissibilidade, 897
3.2 Oportunidade do Exercício do Direito, 897

STJ00098024

XVII Retrocessão, 898
1 Noção Jurídica, 898
2 Natureza do Direito, 899
3 Aspectos Especiais, 901
3.1 Tredestinação, 901
3.2 Demora na Utilização do Bem, 903
3.3 Prescrição, 903
3.4 Alienação por Acordo, 904
XVIII Desapropriação Rural, 904
1 Introdução, 904
2 Aspectos Especiais, 905
2.1 Competência, 905
2.2 Função Social Rural, 905
2.3 Indenização, 906
2.4 Inaplicabilidade da Desapropriação, 907
3 Procedimento Expropriatório, 907
3.1 Procedimento Administrativo, 908
3.2 Procedimento Judicial, 910
FASES POSTULATÓRIA E INSTRUTÓRIA, 910
FASES DECISÓRIA E RECURSAL, 912
XIX Desapropriação Confiscatória, 913
XX Desapropriação Urbanística Sancionatória, 915
XXI Súmulas, 918

14 Atuação do Estado no Domínio Econômico, 921
I Introdução, 921
1 O Liberalismo Econômico, 921
2 Modelo Interventivo, 922
3 Constitucionalização Normativa, 923
4 Quadro Normativo, 924
II Ordem Econômica, 924
1 Fundamentos, 924
1.1 Valorização do Trabalho Humano, 925
1.2 Liberdade de Iniciativa, 925
2 Princípios, 926
III Formas de Atuação do Estado, 927
IV Estado Regulador, 927
1 Sentido, 927
2 Natureza da Atuação, 928
3 Competências, 929
4 Repressão ao Abuso do Poder Econômico, 930

STJ00098024

4.1 Sentido, 930
4.2 Formas de Abuso, 931
4.3 Trustes, Cartéis e *Dumping*, 932
4.4 Normas e Meios Repressivos, 932
5 Controle do Abastecimento, 935
6 Tabelamento de Preços, 936
7 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 937
V Estado Executor, 940
1 Formas, 940
2 Exploração Direta, 941
2.1 Regra Geral, 941
2.2 Pressupostos, 942
3 Exploração Indireta, 943
3.1 Sentido, 943
3.2 As Empresas do Estado, 944
3.3 Regime Jurídico, 945
3.4 Privilégios Fiscais, 946
VI Monopólio Estatal, 947
1 Sentido, 947
2 Natureza Jurídica, 948
3 Monopólio e Privilégio, 948
4 Atividades Monopolizadas, 948
VII Súmulas, 950

15 Controle da Administração Pública, 951
I Introdução, 951
1 Controle Político e Controle Administrativo, 951
2 Fundamentos, 952
II Controle, 953
1 Sentido, 953
2 Objetivo, 954
3 Natureza Jurídica, 954
4 Classificação, 955
4.1 Quanto à Natureza do Controlador, 955
4.2 Quanto à Extensão do Controle, 955
4.3 Quanto à Natureza do Controle, 956
4.4 Quanto ao Âmbito da Administração, 957
4.5 Quanto à Oportunidade, 958
4.6 Quanto à Iniciativa, 958
III Controle Administrativo, 959
1 Sentido, 959
2 Objetivos, 959

STJ00098024

3 Meios de Controle, 960
3.1 Controle Ministerial, 960
3.2 Hierarquia Orgânica, 960
3.3 Direito de Petição, 961
3.4 Revisão Recursal, 962
3.5 Controle Social, 962
3.6 Outros Instrumentos Legais, 963
4 Recursos Administrativos, 964
4.1 Sentido, 964
4.2 Fundamentos e Objetivo, 965
4.3 Natureza Jurídica, 966
4.4 Formalização, 966
4.5 Classificação, 967
4.6 Espécies, 969
NOMENCLATURA USUAL, 969
REPRESENTAÇÃO, 969
RECLAMAÇÃO, 970
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, 971
REVISÃO, 971
4.7 Efeitos, 972
4.8 Exigência de Garantia, 973
4.9 *Reformatio in Pejus*, 975
4.10 Exaustão da Via Administrativa, 976
5 Coisa Julgada Administrativa, 978
6 Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa), 979
PRAZOS EXTINTIVOS PARA OS ADMINISTRADOS, 980
PRAZOS EXTINTIVOS PARA A ADMINISTRAÇÃO, 981
7 Processo Administrativo, 982
7.1 Introdução, 982
PROCESSO E PROCEDIMENTO, 982
SISTEMATIZAÇÃO, 984
7.2 Sentido, 985
7.3 Classificação, 985
PROCESSOS NÃO LITIGIOSOS, 986
PROCESSOS LITIGIOSOS, 986
7.4 Objeto, 987
GENÉRICO, 987
OBJETOS ESPECÍFICOS, 987
7.5 Princípios, 989
DEVIDO PROCESSO LEGAL, 989
OFICIALIDADE, 989
CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, 990

STJ00098024

PUBLICIDADE, 991
INFORMALISMO PROCEDIMENTAL, 992
VERDADE MATERIAL, 993
7.6 Processo Administrativo na Administração Federal, 994
DISCIPLINA, 994
PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS, 995
ASPECTOS ESPECIAIS, 995
7.7 Processo Administrativo-Disciplinar, 999
SENTIDO E FUNDAMENTO, 999
BASE NORMATIVA, 999
OBJETO, 1000
SINDICÂNCIA, 1001
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, 1002
PROCESSO DISCIPLINAR PRINCIPAL, 1003
PROCEDIMENTO, 1004
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, 1011
MEIOS SUMÁRIOS, 1011
8 Arbitragem, 1012
9 Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas, 1014
IV Controle Legislativo, 1017
1 Sentido e Fundamento, 1017
2 Espécies de Controle, 1017
2.1 Controle Político, 1017
2.2 Controle Financeiro, 1019
SENTIDO, 1019
ABRANGÊNCIA, 1019
FORMAS DE CONTROLE, 1020
ÁREAS FISCALIZADAS, 1020
NATUREZA DO CONTROLE, 1021
3 Tribunal de Contas, 1022
V Controle Judicial, 1027
1 Sentido, 1027
SÚMULAS VINCULANTES, 1028
2 Sistemas de Controle, 1031
2.1 Sistema do Contencioso Administrativo, 1031
2.2 Sistema da Unidade de Jurisdição, 1032
3 Natureza, 1033
4 Oportunidade, 1033
5 Atos sob Controle Especial, 1034
5.1 Atos Políticos, 1034
5.2 Atos Legislativos Típicos, 1035

STJ00098024

5.3 Atos *Interna Corporis*, 1036
6 Instrumentos de Controle, 1038
6.1 Meios Inespecíficos, 1038
6.2 Meios Específicos, 1038
7 Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública, 1039
7.1 Sentido, 1039
7.2 Fonte Normativa, 1039
7.3 Direitos Pessoais e Reais, 1040
7.4 Interrupção e Suspensão, 1042
7.5 Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações, 1043
7.6 Prescrição Intercorrente, 1045
7.7 Apreciação no Processo, 1045
8 Mandado de Segurança, 1046
8.1 Conceito, 1046
8.2 Espécies e Fontes Normativas, 1047
8.3 A Tutela, 1047
8.4 Impetrante, 1048
8.5 Impetrado, 1049
8.6 Formas de Tutela, 1051
8.7 Descabimento, 1051
8.8 Medida Liminar, 1054
8.9 Competência, 1055
8.10 Prazo, 1057
8.11 Sentença e Coisa Julgada, 1057
8.12 Mandado de Segurança Coletivo, 1058
IMPETRANTES, 1059
TUTELA, 1059
LIMINAR, 1059
SENTENÇA E COISA JULGADA, 1060
LITISPENDÊNCIA, 1060
8.13 Aspectos Especiais, 1061
ATOS OMISSIVOS, 1061
NOTIFICAÇÃO E CIÊNCIA, 1062
MINISTÉRIO PÚBLICO, 1062
PRIORIDADE, 1063
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, 1063
9 *Habeas Corpus*, 1064
9.1 Conceito e Fontes Normativas, 1064
9.2 Pressupostos Constitucionais, 1064
9.3 Espécies, 1065

STJ00098024

9.4 Constrangimento Ilegal, 1065
9.5 Competência, 1066
10 Ação Popular, 1067
10.1 Conceito e Fontes Normativas, 1067
10.2 Bens Tutelados, 1067
10.3 Competência, 1067
10.4 Legitimação Ativa e Passiva, 1068
10.5 Objeto da Ação, 1069
10.6 Liminar, 1070
10.7 Sentença e Coisa Julgada, 1070
11 Mandado de Injunção, 1072
11.1 Conceito e Fonte Normativa, 1072
11.2 Pressupostos, 1072
11.3 Bens Tutelados, 1073
11.4 Competência, 1073
11.5 Legitimação Ativa e Passiva, 1074
11.6 Liminar, 1075
11.7 Decisão, 1075
12 *Habeas Data*, 1077
12.1 Conceito e Fonte Normativa, 1077
12.2 Bem Tutelado, 1077
12.3 Partes, 1078
12.4 Competência, 1078
12.5 Interesse de Agir, 1079
12.6 Pedido, 1080
12.7 Procedimento, 1080
12.8 Decisão e Recursos, 1081
13 Ação Civil Pública, 1082
13.1 Conceito e Fontes Normativas, 1082
13.2 Bens Tutelados, 1083
13.3 Espécies de Tutela, 1085
13.4 Partes, 1085
13.5 Sentença e Coisa Julgada, 1087
14 Ação de Improbidade Administrativa, 1088
14.1 Conceito e Fontes Normativas, 1088
14.2 A Questão da Competência, 1090
14.3 Sujeito Passivo, 1091
14.4 Sujeito Ativo, 1093
AGENTES PÚBLICOS, 1093
AGENTES POLÍTICOS, 1096
TERCEIROS, 1098

STJ00098024

14.5 Tipologia de Improbidade, 1099
ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, 1100
DANOS AO ERÁRIO, 1100
VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS, 1102
ORDEM URBANÍSTICA, 1104
CONFLITO DE INTERESSES, 1105
14.6 Sanções, 1105
BASE LEGAL E MODALIDADES, 1105
NATUREZA JURÍDICA, 1106
CONSTITUCIONALIDADE DA RELAÇÃO DE SANÇÕES, 1106
APLICABILIDADE, 1106
PARTICULARIDADE DAS SANÇÕES, 1109
14.7 Procedimentos Administrativo e Judicial, 1116
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, 1116
PROCEDIMENTO JUDICIAL, 1119
14.8 Prescrição, 1123
VI O Poder Público em Juízo, 1125
1 Capacidade Processual, 1125
2 Pessoas Federais, 1126
3 Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital, 1128
4 Pessoas Municipais, 1129
5 Representação Judicial, 1130
6 Particularidades Processuais, 1131
7 Despesas Judiciais, 1139
8 Pagamento dos Créditos de Terceiros, 1141
VII Súmulas, 1148

16 Bens Públicos, 1155
I Introdução, 1155
1 Domínio Público, 1155
2 Domínio Eminente, 1156
II Conceito, 1157
III Bens das Pessoas Administrativas Privadas, 1158
IV Classificação, 1160
1 Quanto à Titularidade, 1160
1.1 Bens Federais, 1160
1.2 Bens Estaduais e Distritais, 1162
1.3 Bens Municipais, 1162
2 Quanto à Destinação, 1162
2.1 Bens de Uso Comum do Povo, 1163
2.2 Bens de Uso Especial, 1163
2.3 Bens Dominicais, 1164

STJ00098024

3 Quanto à Disponibilidade, 1166
3.1 Bens Indisponíveis, 1166
3.2 Bens Patrimoniais Indisponíveis, 1166
3.3 Bens Patrimoniais Disponíveis, 1167
V Afetação e Desafetação, 1167
VI Regime Jurídico, 1169
1 Alienabilidade Condicionada, 1169
2 Impenhorabilidade, 1170
3 Imprescritibilidade, 1171
4 Não Onerabilidade, 1172
VII Aquisição, 1173
1 Introdução, 1173
2 Classificação, 1174
3 Formas de Aquisição, 1174
3.1 Contratos, 1174
3.2 Usucapião, 1176
3.3 Desapropriação, 1176
3.4 Acessão, 1176
3.5 Aquisição *Causa Mortis*, 1177
3.6 Arrematação, 1178
3.7 Adjudicação, 1178
3.8 Resgate na Enfiteuse, 1179
3.9 Aquisição *Ex Vi Legis*, 1179
VIII Gestão dos Bens Públicos, 1181
1 Sentido, 1181
2 Uso dos Bens Públicos, 1181
3 Formas de Uso, 1182
3.1 Uso Comum, 1182
3.2 Uso Especial, 1183
3.3 Uso Compartilhado, 1184
3.4 Cemitérios Públicos, 1187
4 Uso Privativo, 1189
4.1 Autorização de Uso, 1190
4.2 Permissão de Uso, 1193
4.3 Concessão de Uso, 1194
4.4 Concessão de Direito Real de Uso, 1197
4.5 Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, 1199
4.6 Cessão de Uso, 1204
4.7 Formas de Direito Privado, 1205
ENFITEUSE, 1206
DIREITO DE SUPERFÍCIE, 1207

STJ00098024

LOCAÇÃO, 1209
COMODATO, 1210
IX Alienação, 1211
1 Considerações Gerais, 1211
2 Competência Normativa e Reguladora, 1211
3 Instrumentos Comuns, 1213
3.1 Venda, 1213
3.2 Doação, 1215
3.3 Permuta, 1216
3.4 Dação em pagamento, 1217
4 Instrumentos Específicos, 1218
4.1 Concessão de Domínio, 1218
4.2 Investidura, 1219
4.3 Incorporação, 1220
4.4 Retrocessão, 1220
4.5 Legitimação de Posse, 1221
X Espécies de Bens Públicos, 1222
1 Terras Devolutas, 1222
2 Terrenos de Marinha, 1225
3 Terrenos Acrescidos, 1227
4 Terrenos Reservados, 1228
5 Terras Ocupadas pelos Índios, 1229
6 Plataforma Continental, 1230
7 Ilhas, 1230
8 Faixa de Fronteiras, 1233
9 Subsolo e Riquezas Minerais, 1234
XI Águas Públicas, 1235
MAR TERRITORIAL, 1237
XII Súmulas, 1238

Referências bibliográficas, 1239

Índice remissivo, 1263